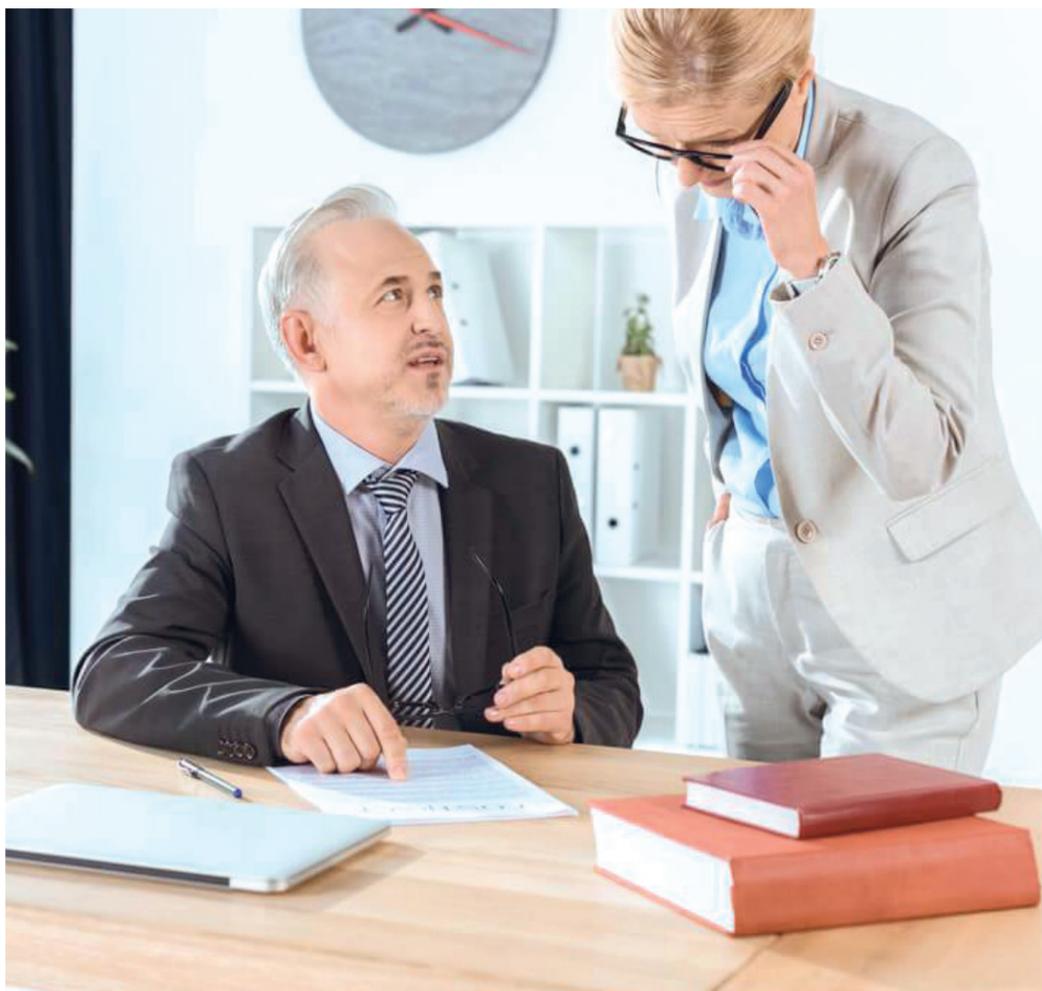


Setor de serviços critica reforma de Guedes e pede desoneração



Em reunião com o ministro Paulo Guedes (Economia), empresários do setor de serviços contestaram a ideia do governo de criar um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) federal com alíquota de 12% sem que haja uma compensação, como desonerar encargos sobre a contratação de funcionários. No plano do governo, a desoneração da folha de pagamentos está prevista como a quarta e última etapa da reforma tributária elaborada pelo Ministério da Economia. Ainda não há data para o envio da proposta.

Representantes do ramo de serviços -que geralmente apresentam elevado grau de contratação de mão de obra- argumentam que, sem a redução de encargos trabalhistas, o tributo proposto por Guedes

elevaria a carga tributária das empresas.

Diante das críticas, integrantes do Ministério da Economia reforçam o discurso de Guedes: a reforma tributária não tem o objetivo de elevar ou reduzir a carga, e sim simplificar.

Por isso, o ministro pediu, durante a videoconferência da noite desta quarta-feira (22), que os empresários tenham paciência e considerem o efeito de todas as etapas do projeto de reformulação do sistema tributário.

Segundo relatos de membros do governo e empresários, Guedes disse que irá trabalhar para que todas as fases da reforma tributária entrem em vigor simultaneamente. Ele quer aprovar a reforma no Congresso até o fim do ano.

Dessa forma, a alíquota de 12% da CBS (tributo pro-

posta como resultado da unificação de Pis e Cofins) seria compensada pela desoneração da folha de pagamentos para o setor, dizem assessores do ministro.

“Esse imposto proposto pelo governo [CBS] onera o setor e não traz a contrapartida”, disse o presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Paulo Solmucci Júnior, que participou da reunião com o governo.

Integrantes da equipe econômica afirmam que as críticas já eram esperadas. O governo continua estudando formas de bancar a desoneração da folha. Uma alternativa é criar um imposto sobre transações eletrônicas, mas a ideia já sofre resistência no Congresso.

Thiago Resende e Bernardo Caram/Folhapress

Economia



Comércio digital ganha 5,7 milhões de consumidores durante pandemia

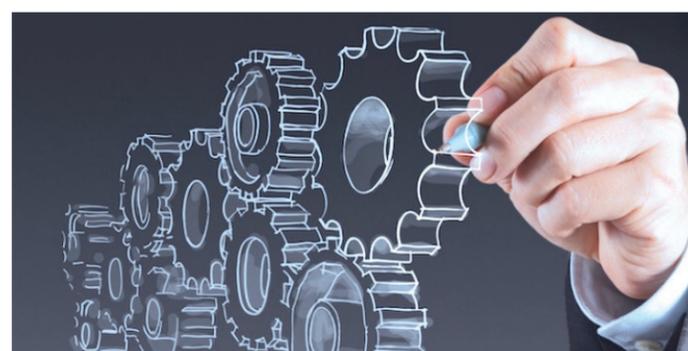
Página - 03



Déficit primário deve chegar a quase R\$ 800 bi, pior resultado em 23 anos

Página - 03

Indústria



Resultados do Projeto Indústria 2027 sobre inovação na indústria

Página - 04

Negócios



Mercado imobiliário vendeu mais do que esperava na pandemia

Página - 08

No Mundo

Alemanha condena ex-nazista de 93 anos envolvido em mais de 5.000 mortes



Um homem de 93 anos foi condenado nesta quinta-feira (23) por um tribunal de Hamburgo, na Alemanha, por ter sido cúmplice do assassinato de mais de 5.000 pessoas em um campo de concentração durante a última fase da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Bruno Dey foi guarda nazista no campo de concentração de Stutthof, na Polônia, entre agosto de 1944 e abril de 1945, quando tinha 17 anos. Por não ter atingido a maioria quando cometeu os crimes, ele foi julgado por uma corte juvenil.

A justiça alemã o condenou a dois anos de prisão, mas, devido à sua atual idade avançada, Dey teve o cum-

primento da pena suspenso e não ficará preso.

“O campo de concentração de Stutthof e os assassinatos em massa que ocorreram nele só puderam acontecer com sua ajuda”, disse a juíza do caso, Anne Meier-Göring, na sentença.

Criado em 1939, Stutthof foi o primeiro campo de concentração nazista construído fora da Alemanha. Inicialmente destinado a presos políticos poloneses, acabou recebendo cerca de 115 mil deportados, muitos dos quais judeus.

De acordo com o site do museu de Stutthof, cerca de 65 mil pessoas foram mortas no campo de concentração. Dey foi considerado culpado por ter participado da morte

de 5.232 pessoas, embora ele não tenha assassinado ninguém diretamente.

Deste total, cerca de 5.000 pessoas morreram durante um surto de tifo que atingiu o local - os presos não tinham acesso a remédios, água e comida e não tinham condições higiênicas adequadas. Além deles, 200 pessoas morreram em câmaras de gases e 30 foram mortas a tiros. A maior parte das vítimas era judia.

Segundo os promotores, guardas como Dey auxiliaram nessas mortes ao impedir que os prisioneiros escapassem. A acusação pedia que ele fosse condenado a três anos de prisão, e que a pena fosse suspensa, enquanto a defesa queria que o idoso fosse inocentado.

Folhapress

Parlamento da UE pressionará por ajustes em plano de recuperação

O Parlamento Europeu pressionará para seja gasto mais do pacote de recuperação da União Europeia (UE) em pesquisa e desenvolvimento e saúde e educação, além de buscar um vínculo mais claro entre a ajuda econômica e o cumprimento do Estado de Direito, disseram parlamentares nesta quinta-feira (23).

Em seu primeiro debate sobre o acordo alcançado pelos líderes da UE para um estímulo de resposta à pandemia do novo coronavírus, de 750 bilhões de euros, e um orçamento comum para 2021 a 2027 de 1,074 trilhão de euros, muitos membros da assembleia da UE disseram que vão lutar por mudanças.

O Parlamento Europeu precisa aprovar o plano de gastos nos próximos meses, antes que ele se torne realidade e ajude a tirar a economia da UE da recessão.

“Estou feliz com o acordo, mas não com os termos”, disse Manfred Weber, que lidera o maior grupo parlamentar de centro-direita, o Partido Popular Europeu (PPE).

“Achamos que o orçamento de longo prazo não está dando respostas adequadas aos desafios dos próximos sete anos. Ele deve ser mais orientado para o futuro”, afirmou.

Weber e líderes de outros grupos parlamentares disseram que é necessário mais dinheiro para desenvolver uma guarda costeira europeia mais forte, proteger a saúde, pesquisa e desenvolvimento e fornecer auxílio e desenvolvimento para a África e outros vizinhos da UE.

Eles também pediram um vínculo mais claro entre os governos que respeitam o Estado de Direito - a divisão do poder entre parlamentares, o Poder Executivo e o Judiciário - e o desembolso de dinheiro europeu.

Reuters/ABR



A guerra fria escalou: EUA ordena que China feche consulado em Houston



O departamento de Estado dos Estados Unidos confirmou nas primeiras horas da manhã desta quarta-feira que ordenou na noite de ontem que a China feche seu consulado em Houston, no Texas. A resposta foi imediata: Pequim afirmou que tomará medidas firmes em resposta, a não ser que a decisão seja revertida imediatamente. É o movimento

mais incisivo contra os chineses tomado pelo governo de Donald Trump após uma sucessiva escalada nas ameaças nos últimos meses.

Morgan Orgatus, a porta-voz do departamento de Estado americano, afirmou que o fechamento do consulado foi ordenado para “proteger propriedade intelectual americana e informações pessoais de seus cidadãos”. Segundo Orgatus, a Convenção

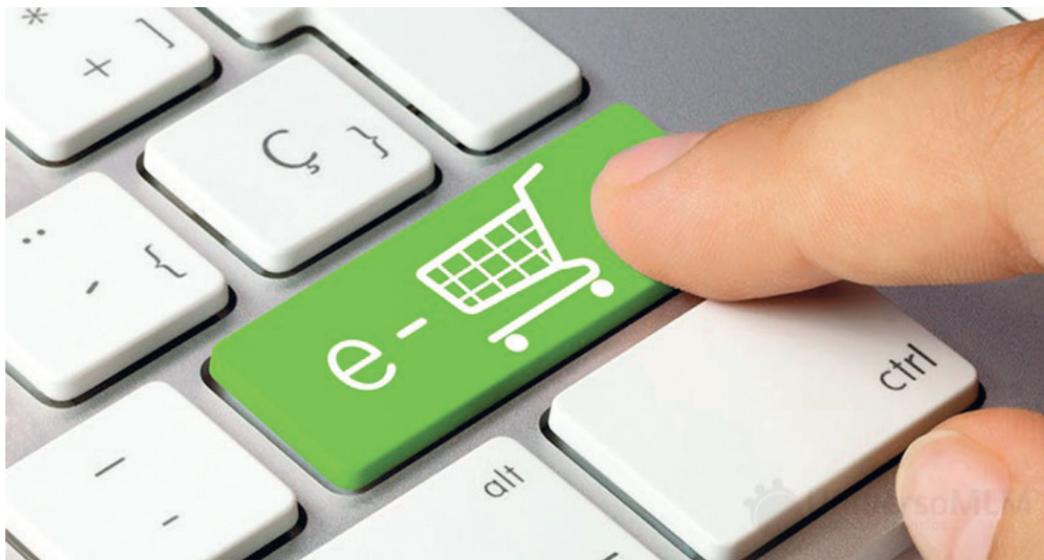
de Viena, que rege a postura de corpos diplomáticos, afirma que eles têm o dever de não interferir em assuntos internos dos países. Orgatus disse ainda que Washington não vai tolerar que a China intimide os cidadãos americanos, assim como não tolera práticas comerciais injustas, roube empregos americanos e adote outros comportamentos condenáveis.

Exame

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Comércio digital ganha 5,7 milhões de consumidores durante pandemia



As lojas começaram a reabrir após as medidas de distanciamento social, e os clientes retornam às compras lentamente. A percepção entre executivos do setor de comércio é que novos consumidores de diferentes faixas etárias e de renda aderiram à facilidade de comprar pela internet — e as vendas digitais devem se firmar em patamares superiores aos do pré-Covid.

O varejo chegou a registrar uma perda de 36% no faturamento durante a pandemia, e a queda só não foi mais profunda devido ao desempenho do e-commerce, avaliam especialistas do segmento. Dados divulgados nesta quarta-feira (22) pela Neotrust/Compre&Confie, empresa de inteligência de mercado, dimensionam o movimento do consumidor.

Entre abril e junho, no pico do distanciamento, 5,7 milhões de clientes fizeram a primeira compra pela internet. Segundo a empresa, trata-se de uma aceleração em relação aos novos consumidores do segundo trimestre de 2019, período comparável. Naquele momento, 4,3 milhões aderiram ao comércio digital.

Essa parcela do consumo no Brasil ainda tem muito para crescer e nem todos são fiéis. Quem compra uma vez nem sempre volta a gastar na internet. No balanço de 2019, as vendas online atraíram 31,4 milhões de clientes únicos.

Apesar de as vendas presenciais estarem reagindo, a projeção em redes como Magazine Luiza, Via Varejo, Carrefour e mesmo Renner, do setor de vestuário, fortemente afetado pela retração, é que esses novos consumidores vão colocar

o e-commerce em um nível maior do que o já registrado.

Especialistas estimam que o comércio eletrônico cresceu cerca de 45% ao mês durante a pandemia. De acordo com a Cielo, cujo índice de varejo monitora transações de cartões de débito e crédito, em março, as vendas online subiram 0,4% na comparação a fevereiro — último mês sem medidas de restrição social.

Comparando o desempenho em meados de julho com fevereiro, as vendas online registram avanço de 41,5%.

Os dados gerais ainda são desalentadores. A Cielo mostra queda de 15% na receita do varejo na pandemia, mas como a retração já foi mais que o dobro, o fôlego rumo a recuperação, com redução das perdas, é considerado positivo.

Paula Soprana/Folhapress

Déficit primário deve chegar a quase R\$ 800 bi, pior resultado em 23 anos



O déficit primário nas contas do governo deve somar R\$ 787,449 bilhões neste ano, informou o Ministério da Economia nesta quarta-feira, 22. O dado consta no relatório de receitas e despesas do orçamento deste ano. Se confirmado, será o pior resultado da série histórica do Tesouro Nacional, que começou em 1997.

O déficit primário acontece quando as despesas do governo superam as receitas com impostos e contribuições. Quando acontece o contrário, há superávit. A conta do déficit primário

SP e BID assinam acordo para apoiar a retomada do turismo no estado

O governo de São Paulo firmou ontem (23) um acordo de cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que prevê a doação de US\$ 250 mil pelo banco para o desenvolvimento de projetos para a recuperação sustentável do turismo paulista na retomada econômica do setor. O recurso também será utilizado para a elaboração de estudos complementares que apoiem futuros pedidos de financiamento internacional. A cooperação técnica terá duração de 18 meses.

De acordo com o governador de São Paulo, João Doria, o investimento, que virá do Programa Estratégico para o Desenvolvimento de Sustentabilidade do BID, será repassado para a Secretaria Estadual de Turismo (Setur) e será destinado à

elaboração de um plano com estratégias e ações de médio e longo prazo; realização de estudos complementares para apoiar a implantação do plano; e um estudo de apoio à melhoria da dinâmica de concessão de crédito para o setor.

“Esta cooperação é complementar ao que já vínhamos fazendo e permitirá um olhar de mais longo prazo, revisando as bases para o desenvolvimento do turismo no nosso estado. A movimentação econômica será restabelecida, mas temos a obrigação de atacar alguns pontos vulneráveis para termos resultados mais consistentes. Durante a pandemia, ficou clara a necessidade de um olhar mais cuidadoso para as questões de crédito e fontes de financiamento”, disse o secretário de Turismo, Vinicius Lummertz.

Flavia Albuquerque/ABR



não considera os gastos do governo com o pagamento dos juros da dívida pública.

Em maio, também no relatório do orçamento deste ano, a área econômica estimou que o rombo nas contas públicas seria menor: de R\$ 540,533 bilhões. A diferença entre as duas previsões é de 45%. O novo cálculo considera uma retração de 4,7% para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, estimativa que foi divulgada na semana passada pelo Ministério da Economia.

Para este ano, o governo tinha autorização para registrar em suas contas um déficit primário de até R\$ 124,1

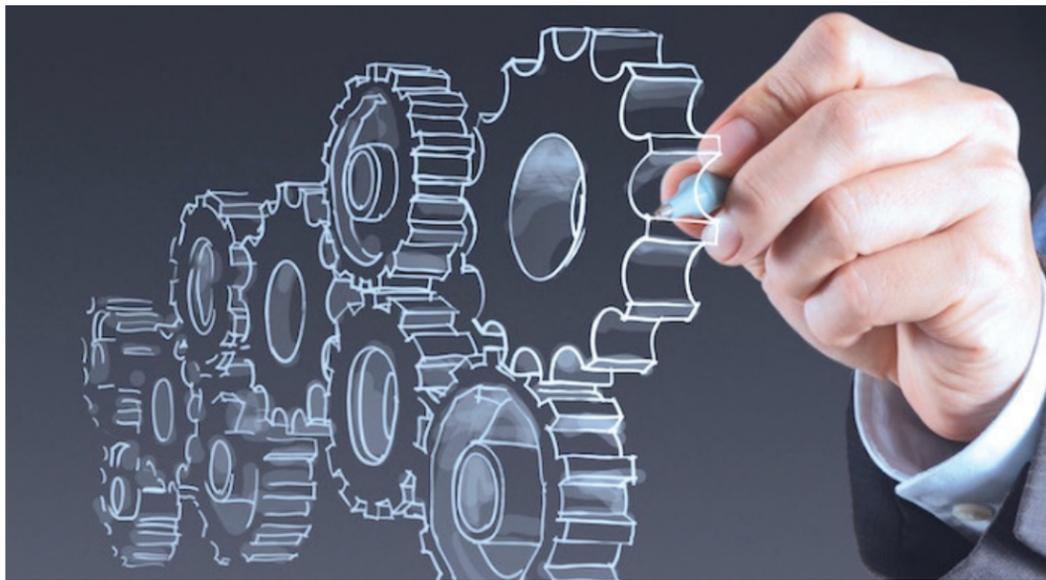
bilhões. Entretanto, com o decreto de calamidade pública, proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso Nacional devido à pandemia do novo coronavírus, o governo não está mais obrigado a cumprir a meta, ou seja, está autorizado a gastar mais.

De acordo com a Economia, esse rombo nas contas públicas acontecerá por conta das despesas autorizadas para combater a crise do coronavírus. Esse gasto adicional foi maior em duas frentes: nas ações de saúde e nas medidas para evitar o aumento do desemprego e compensar a queda de arrecadação.

Biznews

Indústria

Resultados do Projeto Indústria 2027 sobre inovação na indústria



A inovação é fundamental para a competitividade do país, destaca reportagem do Jornal da Cultura exibida na última quinta-feira (24). O noticiário trouxe à tona o estudo do Projeto Indústria 2027 sobre o investimento do país em inovação para o crescimento da indústria, como é o caso do emprego da tecnologia de inteligência artificial para otimizar a produção.

A reportagem também destacou números sobre o investimento do Brasil em pesquisa e desenvolvimento, considerado baixo em relação a outros países, bem como o Ranking Global da Inovação, em que ocupa o

69º lugar. O estudo do Indústria 2027 – apresentado no último dia 18 em São Paulo, no Fórum da CNI em parceria com a Revista Exame – também revelou que faltam profissionais de engenharia, ciências e matemática, que o Jornal da Cultura destaca.

“Ainda não conseguimos formular uma política de grande envergadura e pactuada de forma muito sólida entre o governo e o setor privado, e que a ciência, a tecnologia e a inovação estejam no eixo do desenvolvimento brasileiro”, disse à reportagem o coordenador-geral do Indústria 2027, Luciano Coutinho, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

No mesmo sentido, a diretora de inovação da CNI, Gianna Sagazio, reiterou a necessidade de a inovação estar entre as prioridades do país. “Pra que o Brasil possa, de fato, acompanhar a nova revolução industrial, é muito importante que a inovação seja considerada uma prioridade e que seja uma estratégia do país”. O Jornal da Cultura também frisou algumas das recomendações do estudo do Indústria 2027 que orientam para o avanço: reduzir a burocracia, ter regras jurídicas claras, e investir em novas tecnologias e em capital humano.

Portal da Indústria

Inovação em nanotecnologia para a indústria



A indústria cria uma série de soluções para o dia a dia das pessoas, e um dos desafios é desenvolver produtos mais eficientes. Ou seja, melhorar os que já existem, com funções e desempenho ainda mais satisfatórios. Podem ser cosméticos com prazo de validade maior; roupas que monitoram sinais vitais do corpo humano e com capacidade de não absorver manchas; embalagens inteligentes de alimentos que avisam se a comida ainda está própria para consumo ou não.

Na nanomedicina, a nanotecnologia pode ajudar no diagnóstico de doenças, além de desenvolver terapias, graças a nanossensores que detectam sintomas e monitoram atividades. A nanotecnologia também tem tudo a

Americana Oil Group vai investir 2 bi de dólares para construir seis refinarias no Brasil

Com investimentos total de US\$ 2 bilhões, a americana Oil Group planeja construir seis refinarias de pequeno porte no Brasil, nos próximos sete anos, sendo a primeira no Porto do Açu. A notícia veio em meio à forte retração econômica mundial que derubou os preços do petróleo e o consumo de combustíveis devido à pandemia do novo coronavírus. Mubadala sai na frente e apresenta a melhor proposta na compra da refinaria RLAM da Petrobras.

O Norte Fluminense, durante décadas o maior produtor de petróleo do país, vai finalmente ganhar a sua refinaria. A americana vai construir no Porto do Açu, em São João da Barra, no segundo semestre do ano que vem,

a primeira de seis refinarias de pequeno porte planejadas para o Brasil.

O diretor da Oil Group, Fabiano Diaagoné, disse que serão investido cerca de 300 milhões de dólares para a construção da refinaria e, no pico das obras, deve gerar 2 mil empregos. A refinaria terá capacidade de processar 20 mil barris diários de petróleo, com possibilidade de ampliação no futuro.

Segundo o executivo, atualmente o Brasil consome diesel em alta escala, e a Petrobras não consegue suprir o país só com sua produção. Para a empresa abastecer 100% do mercado nacional sem importações seria necessário uma retração de 40% na demanda.

Biznews



ver com a melhoria de sistemas computacionais, como na fabricação de dispositivos eletrônicos mais eficientes.

E quem não quer um sistema de transporte público em que se sabe se o ônibus está atrasado ou chegando? Isso é possível porque a nanotecnologia viabiliza o sensoriamento para a Internet das Coisas, já que sensores e atuadores são desenvolvidos com nanomateriais. “A aplicação do conceito de Internet das Coisas requer que dispositivos, aparelhos, instrumentos, veículos, entre outros, estejam todos conectados à internet, com comunicação entre si. Isso é possível com a disseminação de sensores e atuadores em grande escala, que geralmente são construídos com nanomateriais e/ou usando técnicas da nano-

tecnologia”, explica Osvaldo Novais, especialista em nanotecnologia e professor da Universidade de São Paulo (USP).

Novais também destaca a transversalidade da nanotecnologia, por compor diferentes tecnologias. “A nanotecnologia possibilita que áreas como medicina, química, física e biologia sejam integradas em projetos de pesquisa e desenvolvimento, com aplicações também em indústrias de diferentes ramos, como a automotiva, têxtil, de alimentos e de eletrônica”, justifica Novais.

A nanotecnologia – uma das oito inovações estudadas pelo Indústria 2027 – é promissora porque melhora a propriedade de materiais diversos e, assim, otimiza o cotidiano.

Portal da Indústria

CAST PARTICIPAÇÃO S.A. - CNPJ/ME nº 17.837.377/0001-00 - NIRE 353.004.516-01
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária ("AGO")

A Cast Participação S.A., com sede na Avenida Ibirapuera, nº 2.332, Torre 1, 11º andar, Bairro Indianópolis, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.028-002, vem pela presente, convocar os Srs. Acionistas para reunirem-se em AGO a ser realizada, em primeira convocação, no dia 31/07/2020, às 10hrs, o qual será realizada exclusivamente por meio digital, nos termos do art. 121, §2º da Lei 6.404/76 (alterações incluídas pela MP nº 931/2020) e IN DREI nº 79/2020, a fim de examinar, discutir e votar a respeito da seguinte Ordem do Dia: (i) a tomada de contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) Destinação do lucro líquido do exercício (2019) e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Consoante o art. 126 da Lei 6.404/76, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da AGO. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGO, bem como a Proposta da Administração e o Boleim de Voto à Distância e link da vídeo conferência para participação da AGO, encontram-se à disposição dos Acionistas, devendo ser encaminhado solicitação por e-mail para contabilidade@castgroup.com.br. São Paulo, SP, 22/07/2020. José Calzans da Rocha - Diretor Presidente.

Lacazete Participações S.A.

CNPJ/ME nº 27.059.557/0001-54 - NIRE 35.300.500.831

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de julho de 2020

Data, Hora e Local: Aos 13/07/2020, às 10horas, na sede da Companhia, na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar, Conjunto 21-D, Sala 107, Centro, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, em virtude do comparecimento de todos os acionistas da Sociedade. **Mesa:** Carlos Eduardo Prado, como Presidente, e Jeane Maria Araújo de Souza, como Secretária. **Ordem do Dia:** (i) deliberar acerca da redução do capital social por considerá-lo excessivo. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: (i) Realizar a redução do capital social por considerá-lo excessivo ao capital social e que encontrava-se pendente de integralização na ordem de R\$ 1.559.678,08 e no valor do capital integralizado de R\$ 940.319,92, valor este que será restituído aos acionistas na proporção de suas participações, passando o capital social atual no valor de R\$ 2.500.000,00, para R\$ 2,00 dos quais encontram-se totalmente integralizados em moeda corrente nacional, sendo canceladas 2.499.998 ações ordinárias. Desta forma o artigo 3º do estatuto social da companhia passa a ter a seguinte redação: "Artigo 3º. O capital da Sociedade, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2,00, representado por 2 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 13/07/2020. **Mesa:** Carlos Eduardo Prado, Presidente e acionista, e Jeane Maria Araújo de Souza, Secretária.

Brooklyn Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 61.364.022/0001-25

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam os Srs. acionistas desta sociedade convidados a se reunirem em AGO a realizar-se às 10h30 do dia 31/07/2020, na sede social à Rua Joaquim Floriano, 101, 9º andar, conjunto 906, nesta Capital, para deliberarem sobre: **I)** Contas dos administradores: exame e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2019; **II)** Reeleição da Diretoria e fixação de sua remuneração; **III)** Outros Assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 20/07/2020. A Diretoria (22, 23 e 24/07/2020)

Paraguassu Participações S.A.

CNPJ/ME nº 09.477.912/0001-23

Edital de Convocação de Acionistas

Ficam convocados os Srs. acionistas a participarem, sob a forma exclusivamente DIGITAL, conforme disposição da IN DREI nº 81/2020 do dia 30/07/2020, às 10:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **AG0:** a) prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/19; **b)** deliberação sobre a destinação do resultado do exercício findo. **AGE:** a) discutir e deliberar sobre a extinção do Conselho de Administração da Companhia, com a consequente destituição de todos os seus membros; **b)** Eleição da Diretoria da Companhia; **c)** Reforma e Consolidação do Estatuto Social; **d)** Outros assuntos de interesse social. Informamos que, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, (i) as Assembleias serão realizadas sob a forma DIGITAL, por sistema eletrônico de vídeo conferência Google Meets, dotado de segurança, transparência e confiabilidade, o qual permitirá a participação e votação dos acionistas à distância; e (ii) os conclaves serão gravados integralmente, cuja cópia ficará arquivada na sede da Companhia. Campinas, 14/07/2020. **Fernando de Mello Mattos Haaland** - Acionista. (22, 23 e 24/07/2020)

Vereda Educação S.A.

CNPJ/ME nº 26.193.756/0001-98 - NIRE 35.300.501.322

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Vereda Educação S.A. ("Companhia"), conforme disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em AGE, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 31/07/2020, às 09h00, remotamente, via videoconferência, em atenção ao Decreto Estadual nº 64.879, de 20/03/2020, a Lei nº 14.010, de 10/06/2020, e ao atual cenário de contenção à propagação do COVID-19, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em AGE:** (a) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2019; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2019 e a distribuição de dividendos. **II. Em AGE:** (a) retificar e ratificar o Contrato de Empréstimo formalizado entre Companhia e Investidores em 2020; (b) aprovar o aumento do capital social da Companhia, em virtude da conversão de mútuo com emissão de ações da Companhia, conforme Contrato de Mútuo Conversível celebrado em 2018, entre Companhia e Investidores; (c) aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do aumento de capital, nos termos do item 'b' acima; (d) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (e) aprovar o programa de incentivo a executivos da Companhia. Os documentos de suporte que tratam dos assuntos que serão objeto de apreciação e deliberação na AGE serão enviados via e-mail, conjuntamente com uma Carta explicativa que contém, além de outras informações importantes, o cronograma da Assembleia, e as orientações para o exercício do voto - que será exclusivamente - por meio da plataforma de votação eletrônica online. Os Senhores Acionistas poderão ser representados na AGE por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, § 1º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia. São Paulo, 20/07/2020. **Giancarlo Arduini** - Presidente do Conselho de Administração. (22, 23 e 24/07/2020)

Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá - SAEG

CNPJ/ME nº 09.134.807/0001-91 - NIRE 35 3 0034558 4

Ata da 105ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Aos 29/05/2020, às 09h00, na sede da Companhia, à Rua Xavantes, nº 1.880, Jardim Aeroporto, por convocação do Presidente da Companhia, em caráter Extraordinário reuniram-se os membros do Conselho de Administração, os Srs. **João Rodrigues de Alckmin Junior, João Vitor Santos Costa, João César Monteiro dos Santos e Luciano Nucci Passoni**. Presidiu a mesa o Sr. **João Rodrigues de Alckmin Junior**, que convidou a mim, Sr. **Halilton Rodrigues de Almeida**, advogado, OAB/SP sob nº 233885, para secretariar a sessão. **Ordem do Dia:** a) Apreciação tabela salarial; b) Remuneração dos diretores, e membros do conselho de administração e fiscal; c) Acúmulo de diretoria, d) Férias Diretor Presidente. **Abertura dos Trabalhos** conforme a ordem do dia. a) o Presidente da Companhia informou acordo firmado entre a Companhia e o Sindicato, que neste ano fez a assembleia da categoria através de votação eletrônica e foi aceita a proposta de correção da tabela salarial conforme IPC-A 05/2019 a 04/2020, perfazendo um percentual de 2,399%, desta forma os membros do conselho por unanimidade ratificam a decisão do reajuste salarial proposto; b) Foi deliberado e aprovado por unanimidade a fixação da remuneração a qual todos os membros do conselho de administração terão direito, que a partir de maio será de R\$ 2.642,15 e do conselho fiscal será de R\$ 1.761,43, definiu-se também que os membros das diretorias executivas terá a remuneração bruta de R\$ 12.323,11; c) Em virtude do pedido de renúncia do Diretor Administrativo Sr. Renato Barboza Valentim, foi proposto e aceito por unanimidade pelo conselho que o Diretor Financeiro Sr. Anderson Antônio dos Santos, responderá cumulativamente a partir de junho do corrente ano, por ambas as diretorias e d) Foi aprovado também por este conselho a substituição interinamente do Diretor Presidente da Companhia Sr. Luciano Nucci pelo seu período de gozo de férias pelo Diretor Financeiro Sr. Anderson Antônio dos Santos. Após a ciência de todos passou-se ao debate e deliberação que foi aprovada por unanimidade. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi esta ata lida e, achada conforme, aprovada por todos os presentes. **Documentos Arquivados na Secretaria da Companhia. Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Guaratinguetá, 29/05/2020. Assinaturas: João Rodrigues de Alckmin Junior** - Presidente do Conselho; **João César Monteiro dos Santos** - Vice-Presidente do Conselho; **Luciano Nucci Passoni** - Membro do Conselho Presidente da SAEG; **João Vitor Santos Costa** - Membro do Conselho; **Halilton Rodrigues de Almeida** - Advogado - OAB/SP nº 233885. JUCESP - Certifico o registro sob o nº 252.342/20-3 em 09/07/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Cabreuva Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/ME nº 23.474.473/0001-26 - NIRE 35.229.506.606

Ata de Reunião Ordinária de Sócios, realizada em 20/07/2020

1. Data, Hora e Local: Em 20/07/2020, às 10 hs., na sede da Cabreuva. **2. Convocação e Presença:** Presença dos sócios representando a totalidade do capital. **3. Mesa:** Presidente: Nessim Daniel Sarfatí. Secretário: Luis Carlos Martins Ferreira. **4. Ordem do Dia:** Apreciação da redução do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. **5. Deliberações:** Os sócios resolveram, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar: (i) A redução do capital social da Sociedade dos atuais R\$ 60.890.070,00, dividido em 60.890.070 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, para R\$ 2.390.070,00, ou seja, uma redução de R\$ 58.500.000,00, mediante o cancelamento de 58.500.000 quotas da Sociedade, tendo em vista que o capital social da Sociedade é excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. (ii) A presente redução do capital social será feita restituindo-se o valor das quotas à sócia Bracia, acima qualificada, conferindo-se o prazo de 90 dias para eventual manifestação de credores quirografários, nos termos do artigo 1.084, caput e parágrafo 1º, do Código Civil. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata.

Fique por dentro das principais notícias do dia:

www.datamercantil.com.br

Empreendimento I9 Vila Nova 2 SPE Ltda.

CNPJ/ME nº 20.063.774/0001-79 - NIRE 35.228.298.902 - **Extrato da 3ª Alteração do Contrato Social**. Pelo presente instrumento de alteração e na melhor forma de direito contratual, os sócios abaixo assinados: **I9 Participações Societárias Ltda.**, com sede na Rua Doutor Olavo Egídio 764, sala 101, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/ME sob nº 14.455.616/0001-61, com seu contrato de constituição devidamente registrado e arquivado na MM. Junta Comercial de São Paulo sob NIRE 35.225.820.284 ("I9 Participações"), neste ato representada por seu Diretor Executivo, o Sr. **Rodrigo Nogueira de Noronha**, portador do RG nº 18.607.849-3 SSP/SP e do CPF/ME nº 174.233.628-08, com endereço comercial na Rua Doutor Olavo Egídio 764, sala 101, São Paulo-SP, ("Rodrigo"), na qualidade de únicos sócios desta Sociedade; Têm entre si, justo e contratado, alterar o Contrato Social da Sociedade e tomar as seguintes deliberações, todas por unanimidade, dispensando-se a ata de reunião de sócios em face do disposto no § 3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/20 ("Código Civil"): **I - Redução do Capital Social.** 1.1. Os sócios resolvem aprovar, por unanimidade, a redução do capital social da Sociedade, por ser considerado excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 1.082, II, do Código Civil, passando dos atuais R\$ 2.000.000,00 para R\$ 20.000,00, uma redução, portanto, no valor total de R\$ 1.980.000,00 a ser restituído aos sócios em moeda corrente nacional na proporção de suas participações no capital social. 1.2. Face à decisão dos sócios de reduzir o capital social, fica estabelecido que cada uma das 2.000.000 de quotas, que antes possuía o valor nominal de R\$ 1,00 cada, passa a ter o valor nominal de R\$ 0,01 cada. **II - Da Cessão e Transferência de Quotas.** 2.1. O sócio **Rodrigo** retira-se, neste ato, da Sociedade, cedendo e transferindo, a título oneroso, a totalidade das quotas de emissão da Sociedade por ele detidas, correspondentes a 1 quota, para a sócia **I9 Participações**, dando-se, cedente e cessionária plena e total quitação da cessão e transferência das referidas quotas. 2.2. Em decorrência da redução do capital social, bem como da cessão e transferência ora deliberadas, e retirada do Sócio **Rodrigo**, a Sociedade torna-se sociedade empresária limitada unipessoal, conforme autoriza o artigo 1.052, § 1º do Código Civil brasileiro. 2.3. Dessa forma, a Cláusula 5ª do Contrato Social para a vigorar com a seguinte nova redação: **Cláusula 5ª.** O capital social é de R\$ 20.000,00, divididos em 2.000.000 de quotas, no valor nominal de R\$ 0,01 cada, totalmente subscritas e integralizadas da seguinte forma: Sócios - nº de Quotas - Valor em R\$: I9 Participações Societárias Ltda. - 2.000.000 - R\$ 20.000,00. São Paulo, 06/07/2020. **I9 Participações Societárias Ltda.** e **Rodrigo Nogueira de Noronha**.

Sagach Empreendimentos e Participações Limitada

CNPJ/ME nº 31.253.437/0001-60 - NIRE 35.235.325.260

Ata de Reunião de Quotistas realizada em 10 de julho de 2020

Data, hora e local: 10/07/2020, às 10h00, na sede da Sociedade. **Convocação e Quórum de instalação:** Dispensada, face a presença de quotistas representando a totalidade do Capital Social. **Mesa:** Presidente, Plínio Antônio Chagas; Secretária, Luciana Aparecida Ramos Chagas. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** Aprovada a redução do capital social da sociedade, por analisarem ser excessivo em relação ao objeto social e de acordo com o previsto nos artigos 1082 e 1084 do Código Civil, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado em bens imóveis e moeda corrente nacional, passando o mesmo de R\$ 12.000.000,00, para R\$ 4.500.000,00. A redução do capital ora deliberado no valor de R\$ 7.500.000,00, é realizada mediante a devolução ao sócio **Plínio Antonio Chagas**, do imóvel descrito: Um Predio Residencial, unifamiliar situado na Alameda das Pintombas, nº 910 no loteamento denominado "Quinta do Barão", na cidade de Bragança Paulista-SP, com a área construída de 946,01m², registrado sob a matrícula nº 50.318, do Oficial de Registro de Imóveis de Bragança Paulista-SP. Cadastro pela Prefeitura do Município de Bragança Paulista-SP, para o presente exercício, através do contribuinte nº 438659. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, sendo lavrada a presente ata. São Paulo, 10/07/2020. Assinaturas: **Plínio Antônio Chagas** - Presidente da Mesa; **Luciana Aparecida Ramos Chagas** - Secretária da Mesa. **Quotistas presentes:** Plínio Antonio Chagas; Bethina Aparecida Ramos Chagas, representantes: Plínio Antônio Chagas, Luciana Aparecida Ramos Chagas; Plínio Alvaro Ramos Chagas, representantes: Plínio Antônio Chagas, Luciana Aparecida Ramos Chagas.

Emparsanco S.A. - "Em Recuperação Judicial"

CNPJ/ME nº 56.473.317/0001-08 - NIRE 35.300.112.679

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2020

Data, hora e local: 16/04/2020, às 09h00, reuniram-se os acionistas na sede social, na Rua Tiradentes, nº 3.207, São Bernardo do Campo-SP. **Convocação e Presença:** Presentes os acionistas subscritores de 100% do capital social da Companhia, sendo dispensada a convocação. **Mesa:** Luiz Carlos Furlan, Presidente da Mesa e Alexandre Romualdo Cruz, Secretário. **Ordem do Dia:** exame, discussão e votação das contas da Administração, do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019, publicado no DOESP e na Gazeta de São Paulo, ambos em 08/04/2020, ao qual foi aprovado por unanimidade. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, sendo lavrada a presente ata. São Bernardo do Campo-SP, 16/04/2020. Assinaturas: Luiz Carlos Furlan - Presidente da Mesa; Ricardo Furlan Rodrigues Acionista; Alexandre Romualdo Cruz - Secretário; R.F.R. Incorporações Ltda. - Acionista, representada por: Ricardo Furlan Rodrigues. JUCESP - Certifico o registro sob o nº 254.120/20-9 em 14/07/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Empreendimento I9 Vila Nova SPE Ltda.

CNPJ/ME nº 18.511.487/0001-32 - NIRE 35.227.701.631 - 5ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento de alteração e na melhor forma de direito contratual, os sócios abaixo assinados: **I9 Participações Societárias Ltda.**, com sede na Rua Doutor Olavo Egídio 764, sala 101, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/ME sob nº 14.455.616/0001-61, com seu contrato de constituição devidamente registrado e arquivado na MM. Junta Comercial de São Paulo sob NIRE 35.225.820.284 ("I9 Participações"), neste ato representada por seu Diretor Executivo, o Sr. **Rodrigo Nogueira de Noronha**, portador do RG nº 18.607.849-3 SSP/SP e do CPF/ME nº 174.233.628-08, com endereço comercial na Rua Doutor Olavo Egídio 764, sala 101, São Paulo-SP, ("Rodrigo"), na qualidade de únicos sócios desta Sociedade; Têm entre si, justo e contratado, alterar o Contrato Social da Sociedade e tomar as seguintes deliberações, todas por unanimidade, dispensando-se a ata de reunião de sócios em face do disposto no § 3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/20 ("Código Civil"): **I - Redução do Capital Social.** 1.1. Os sócios resolvem aprovar, por unanimidade, a redução do capital social da Sociedade, por ser considerado excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 1.082, II, do Código Civil, passando dos atuais R\$ 3.600.000,00 para R\$ 1.080.000,00, uma redução, portanto, no valor de R\$ 2.520.000,00 a ser restituído aos sócios em moeda corrente nacional na proporção de suas participações no capital social. 1.2. Face à decisão dos sócios de reduzir o capital social, fica estabelecido que cada uma das 3.600.000 quotas, que antes possuía o valor nominal de R\$ 1,00 cada, passa a ter o valor nominal de R\$ 0,3 cada. **II - Da Cessão e Transferência de Quotas** 2.1. O sócio **Rodrigo** retira-se, neste ato, da Sociedade, cedendo e transferindo, a título oneroso, a totalidade das quotas de emissão da Sociedade por ele detidas, correspondentes a 1 quota, para a sócia **I9 Participações**, dando-se, cedente e cessionária plena e total quitação da cessão e transferência das referidas quotas. 2.2. Em decorrência da redução do capital social, bem como da cessão e transferência ora deliberadas, e retirada do Sócio **Rodrigo**, a Sociedade torna-se sociedade empresária limitada unipessoal, conforme autoriza o artigo 1.052, § 1º do Código Civil brasileiro. 2.3. Dessa forma, a Cláusula 5ª do Contrato Social para a vigorar com a seguinte nova redação: **Cláusula 5ª.** O capital social é de R\$ 1.080.000,00, divididos em 3.600.000 de quotas, no valor nominal de R\$ 0,3 cada, totalmente subscritas e integralizadas da seguinte forma: Sócios - nº de Quotas - Valor em R\$: I9 Participações Societárias Ltda. - 3.600.000 - R\$ 1.080.000,00. São Paulo, 06/07/2020. **I9 Participações Societárias Ltda.** e **Rodrigo Nogueira de Noronha**.

Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá - SAEG

CNPJ/ME nº 09.134.807/0001-91 - NIRE 35 3 0034558 4

Ata da 104ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Aos 27/05/2020, às 09h00, na sede da Companhia, situada neste município, à Rua Xavantes, nº 1.880, Jardim Aeroporto, por convocação do Presidente da Companhia, em caráter Extraordinário reuniram-se os membros do Conselho de Administração, os Srs. **João Rodrigues de Alckmin Junior, João Vitor Santos Costa, João César Monteiro dos Santos, José Antônio da Graça e Luciano Nucci Passoni**. Presidiu a mesa o Sr. **João Rodrigues de Alckmin Junior**, que convidou a mim, Sr. **Halilton Rodrigues de Almeida**, advogado, OAB/SP sob nº 233885, para secretariar a sessão. **Ordem do Dia:** a) Renúncia do Diretor Administrativo; b) Acréscimo das descrições das atribuições de empregos públicos criados pela Portaria Administrativa nº 10.00/173/14, não incluídos à época por engano. **Abertura dos Trabalhos** conforme a ordem do dia. a) o Diretor Presidente da Companhia Sr. Luciano Nucci Passoni, pediu a palavra e apresentou o pedido de Renúncia do Diretor Administrativo Renato Barboza Valentim, o qual foi aceito por todos. b) Quanto a questão do acréscimo das descrições das atribuições dos empregos públicos criados pela Portaria nº 10.00/173/14, o Diretor Presidente fez ampla explanação da necessidade de incluí-los tendo em vista não constarem, desta forma fica como complemento da Portaria Administrativa 10.00/173/14 a Portaria Normativa 10.00/001/2020. Após a ciência de todos passou-se ao debate e deliberação que foi aprovada por unanimidade. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi esta ata lida e, achada conforme, aprovada por todos os presentes. **Documentos Arquivados na Secretaria da Companhia. Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Guaratinguetá, 27/05/2020. Assinaturas: João Rodrigues de Alckmin Junior** - Presidente do Conselho; **João César Monteiro dos Santos** - Vice-Presidente do Conselho; **Luciano Nucci Passoni** - Membro do Conselho Presidente da SAEG; **João Vitor Santos Costa** - Membro do Conselho; **Halilton Rodrigues de Almeida** - Advogado - OAB/SP nº 233885. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 252.164/20-9 em 09/07/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Traga suas publicações legais para

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Arrecadação federal cai 29% em junho e fecha em R\$ 86,2 bilhões



A arrecadação de receitas federais registrou queda real (descontada a inflação) de 29,59% em junho, totalizando R\$ 86,2 bilhões, segundo informou a Receita Federal, em relatório divulgado nesta quinta-feira (23). A comparação é com o mesmo mês de 2019, quando a arrecadação foi de R\$ 119,9 bilhões. É o menor resultado para o mês de junho desde 2004, quando foram arrecadados R\$ 78,6 bilhões.

As receitas administradas pela Receita Federal, como impostos e contribuições federais, chegaram a R\$ 84,2 bilhões no mês passado, resultando em queda real de 27,81%. Já as receitas administradas por outros órgãos somaram R\$ 1,991 bilhão, uma queda de 39,41% em relação a maio de 2019.

De janeiro a junho deste ano, a arrecadação total chegou a R\$ 665,966 bilhões, com queda real de 14,71%, em comparação com o primeiro semestre do ano passado, quando foram arrecadados R\$ 757,595 bilhões. Foi o quarto mês consecutivo de queda nominal (valores absolutos) de receitas e o quinto mês seguido de queda real (descontada a inflação). Nos últimos três meses, de abril a junho, a queda na arrecadação ficou próxima de 30% em cada período.

De acordo com a Receita Federal, a queda na arrecadação federal se deu principalmente por causa do adiamento no pagamento de impostos, que estão entre as medidas adotadas pelo governo para aliviar os efeitos da pandemia do novo coronavírus.

Pedro Rafael Vilela/ABR

Trelleborg do Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 00.362.671/0001-00

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																	
Balço Patrimonial	Controladora				Consolidado				Balço Patrimonial	Controladora				Consolidado			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Ativo	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018			
Circulante	39.418	55.675	81.907	85.477	5.964	8.235	10.968	12.387	5.964	8.235	10.968	12.387	5.964	8.235			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	4.773	20.615	26.361	30.203	585	1.432	3.317	3.478	585	1.432	3.317	3.478	585	1.432			
Contas a receber de clientes (Nota 7)	7.510	7.292	17.028	12.021	3.481	4.814	3.481	4.814	3.481	4.814	3.481	4.814	3.481	4.814			
Partes relacionadas (Nota 20)	469	916	469	4.137	824	690	1.634	2.064	824	690	1.634	2.064	824	690			
Estoque (Nota 8)	18.458	21.339	29.292	32.458	265	340	1.189	1.017	265	340	1.189	1.017	265	340			
Tributos a recuperar (Nota 9)	7.078	4.572	7.271	5.589	810	957	1.347	1.013	810	957	1.347	1.013	810	957			
Outros ativos	1.129	941	1.487	1.068	171	—	448	—	171	—	448	—	171	—			
Não circulante	147.944	139.004	153.107	146.305	171	—	448	—	171	—	448	—	171	—			
Realizável a longo prazo	198	320	198	320	181.425	186.765	181.425	186.765	181.425	186.765	181.425	186.765	181.425	186.765			
Tributos diferidos (Nota 13)	—	—	—	—	156.803	169.803	156.803	169.803	156.803	169.803	156.803	169.803	156.803	169.803			
Depósitos Judiciais	—	—	106	—	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
Imobilizado (Nota 10)	1.621	232	14.299	13.128	24.621	16.961	24.621	16.961	24.621	16.961	24.621	16.961	24.621	16.961			
Investimentos (Nota 11)	146.305	138.744	96.267	100.154	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
Intangível	18	28	64	72	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
Total do ativo	187.560	195.000	192.841	199.151	187.560	195.000	192.841	199.151	187.560	195.000	192.841	199.151	187.560	195.000			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais – A Trelleborg do Brasil Ltda. ("Companhia") é uma sociedade limitada com sede em Santana Parnaíba, Estado de São Paulo. A Companhia é uma subsidiária integral do Grupo Trelleborg (Suécia). A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") produzem, distribuem e vendem componentes e peças para veículos automotores, como: rodas, rodas maciças de borracha para empilhadeiras, pneumáticos, bem como de outros produtos de metal e borracha para outros usos ou destinações. Em novembro de 2015 a Trelleborg efetuou a aquisição de duas Companhias no mesmo segmento que atua, sendo elas: Standard Tyres Indústria e Comércio de Borrachas e Polímero Ltda. e Stanbor Indústria e Comércio de Artefatos de Borrachas Ltda. A Trelleborg detém participação integral nas duas Companhias. Em outubro de 2019, a Companhia Stanbor, foi incorporada pela Companhia Standard Tyres. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão sendo consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. **a) Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A Companhia, ao elaborar estas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia e suas Controladas. As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas consolidadas compreendem as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas Controladas em 31/12/2019 e foram aprovadas para emissão pela Administração em 26/03/2020. As Controladas incluídas na consolidação, todas com sede no Brasil, são as seguintes:

Principal Referência	31/12/2019	31/12/2018
Fabricação de pneus para caminhões	100%	100%
Fabricação de pneus para caminhões	100%	100%

b) Reestruturações societárias: A Companhia, por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por via de aquisições e reestruturação societária, realizou os seguintes eventos de incorporações no exercício findo em 31/10/2019: A incorporação da **Stanbor Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, na Rodovia BR 324, Km 527,5, Quadra J, lote 04 A, Núcleo Linoeiro, CEP 44096-486, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.964.626/0001, pela Sociedade, mediante aprovação, sem ressalvas e por unanimidade, incluindo o respectivo Laudo de Avaliação, bem como a ratificação da contratação da **Account Assesores S/S Ltda.** Em decorrência da incorporação acima descrita, o capital social da Sociedade passa de R\$ 9.366 para R\$ 10.886. **2.2. Conversão de moeda estrangeira:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de R\$, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com contas a receber e contas a pagar, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como "Variações monetárias e cambiais, líquidas". **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Instrumentos Financeiros:** **2.4.1. Ativos financeiros: Mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. **Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será: • **Custo amortizado:** Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período. A Companhia reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, títulos públicos e aplicações financeiras com garantias classificadas como títulos e valores mobiliários. **2.4.2. Passivos Financeiros: Classificação:** Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, representado por: fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures. **Reconhecimento inicial:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação. **Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será: • **Custo amortizado:** Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização. • **Valor justo por meio do resultado:** Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios: • Estágio 1 – Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito. • Estágio 2 – Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente. • Estágio 3 – Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisões) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada

prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Companhia avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro. Para o recebimento de vendas Companhia optou por mensurar provisões para perda pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*). **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é "primeiro a entrar, primeiro a sair" (PEPS). O custo dos produtos acabados compreende os custos dos produtos importados para revenda e outros custos diretos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.7. Investimento:** (a) **Controladas:** Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Após aquisição, investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e, quando aplicável, a participação proporcional na movimentação das reservas é reconhecida no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial. Ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado da Companhia é composto principalmente por máquinas e equipamentos, veículos e benfeitorias. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seu valor residual durante a vida útil estimada, como segue: Edificações e benfeitorias: 25 Anos; Máquinas e equipamentos: 10 Anos; Móveis e utensílios: 10 Anos; Computadores e periféricos: 5 Anos; Veículos: 5 Anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são reconhecidos pela comparação dos resultados com o valor contábil e são determinados em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. **2.9. Ativos intangíveis:** a) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.10. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). **2.11. Direito de Uso e Arrendamentos:** A Companhia possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis, equipamentos de TI e frota de veículos, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. As taxas de atualização utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor. A Companhia chegou às taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro comparáveis às aplicadas pelo Grupo Econômico, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. Os spreads foram obtidos por meio de sondagem junto a potenciais investidores de títulos de dívidas da Companhia. **2.11. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. A administração avaliou as características e prazo de compra nos exercícios de 2019 e de 2018 e julgou não necessário o reconhecimento de ajuste a valor presente. **2.12. Provisões:** As provisões para contingências (tributária, trabalhista e civil) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. **2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na determinação do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usa-

Demonstração do Resultado	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita de vendas (Nota 16)	44.300	47.677	88.755	84.943
Custo das vendas (Nota 17)	(31.820)	(33.830)	(59.911)	(52.907)
Lucro bruto	12.481	13.847	32.844	32.035
Despesas com vendas (Nota 17)	(8.925)	(8.195)	(10.499)	(9.459)
Despesas administrativas (Nota 17)	(7.592)	(7.812)	(9.556)	(13.490)
Equivalência Patrimonial (Nota 11)	11.530	11.986	—	—
Outras (despesas/receitas), líquidas (Nota 17)	499	44	499	—
Prejuízo (lucro) operacional	7.538	10.324	8.864	9.585
Receitas financeiras (Nota 18)	280	514	1.240	1.723
Despesas/Receitas financeiras (Nota 18)	(126)	93	(429)	1.205
Variações monetárias e cambiais, líquidas (Nota 18)	62	(410)	(76)	(197)
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas	216	197	735	2.731
Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.754	10.521	9.599	12.316
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	—	—	—	—
Do exercício	—	(1.196)	(1.845)	(2.991)
Diferidos	(122)	(30)	(122)	(30)
Lucro líquido do exercício	7.632	9.295	7.632	9.295
Quantidade de quotas no final do exercício (em milhares)	156.803	169.803	—	—
Lucro (prejuízo) líquido por quotas de capital social no fim do exercício – R\$	0,05	0,05	—	—

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reserva Lucros de acul-		
	Capital social	Lucro/Prejuízo	Contro- dos ladadas

	2019	2018	2019	2018
--	------	------	------	------

Em 31/12/2018: Diminuição de Capital Social Lucros distribuídos Reserva de lucro a destinar Lucro líquido do exercício Em 31/12/2019

169.803 (13.000) — — 156.803 2.169.612 2.169.612 2.169.612

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — — — — — — — —

— — — — — — — — — —

Publicidade Legal

... continuação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Programas de computador	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	Imobilizado total
Em 01/01/2018								
Saldo inicial	4.945	7.086	803	42	12	104	568	13.560
Aquisições	226	1.387	38	-	-	-	-	1.651
Baixas	-	-	-	-	-	-	(171)	(171)
Depreciação	(228)	(1.344)	(236)	(13)	(12)	(35)	(15)	(1.883)
Saldo contábil, líquido	4.943	7.129	605	29	-	69	382	13.157
Em 31/12/2018								
Custo	5.361	14.543	1.359	183	285	331	382	22.444
Depreciação acumulada	(418)	(7.414)	(754)	(154)	(285)	(262)	-	(9.287)
Saldo contábil, líquido	4.943	7.129	605	29	-	69	382	13.157
Em 01/01/2019								
Saldo inicial	3.677	7.065	605	29	-	69	382	11.827
Aquisições	1.325	59	71	-	117	-	1.225	2.797
Baixas	-	-	(6)	(5)	(117)	-	804	676
Depreciação	(272)	(1.398)	(246)	(6)	-	(35)	-	(1.957)
Saldo contábil, líquido	4.730	5.726	424	18	-	34	2.411	13.343
Em 31/12/2019								
Custo	5.361	14.538	1.275	178	168	331	2.411	24.262
Depreciação acumulada	(631)	(8.812)	(851)	(160)	(168)	(297)	-	(10.919)
Saldo contábil, líquido	4.730	5.726	424	18	-	34	2.411	13.343
Taxas anuais de depreciação - %	4	10	20	20	20	10	-	-

Imobilizado Arrendado - Direito de Uso de Ativos

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Imobilizado arrendado	633	2.063
Depreciação imobilizado arrendado	(454)	(1.090)
Saldo líquido contábil	179	973

11. Investimentos

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Em 1º de Janeiro	138.744	144.366
Aquisição de controlada (i)	-	(13.000)
Recebimento de dividendos de controlada	11.530	11.986
Equivalência Patrimonial	-	(3.968)
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida	(3.968)	(4.608)
Em 31 de dezembro	146.306	138.744
Movimentação das contas conforme PPA:		
Investimento Standard Tyres	48.632	37.101
Investimento Stanbor Ind. e Com. Art. Borr.	1.479	1.479
Mais valia - Imobilizado	14.069	15.308
Mais valia - Relacionamento com clientes	761	3.491
Goodwill	81.365	81.365
Em 31 de dezembro	146.306	138.744

A Companhia adquiriu 100% das cotas das Companhias Standard Tyres Ind. e Com. de Borrachas e Polímeros Ltda. e Stanbor Ind. e Com. Art. Borrachas Ltda., em 30/11/2015 no valor de R\$ 146.616. As Companhias adquiridas têm como atividade econômica principal a fabricação de pneumáticos e de câmaras de ar. Em 31/10/2019 a Companhia Stanbor, foi incorporada pela Companhia Standard Tyres

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das coligadas:

Nome	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Porcentual de participação no capital
2019				
Standard Tyres	55.319	5.281	42.609	100
12. Tributos a Recolher	50.038	-	-	100
Imposto de Renda Retido na Fonte - Pessoa Física (IRRF)	118	86	131	96
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	143	111	448	363
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	72	61
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	16	13
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	28	35
Outros	4	1	10	6
IRPJ	-	-	72	305
CSLL	-	-	42	168
	265	341	1185	1.125

13. Imposto de Renda e Contribuição Social - (a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças

Temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores dos tributos diferidos ativos são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Diferenças temporárias:		
Provisão para contingências	32	47
Provisão para perdas prováveis na realização dos estoques	163	235
Provisão para despesas diversas	29	52
Provisão para impairment de contas a receber	-	-
Prejuízos acumulados	(26)	(14)
Variação cambial passiva/ativa	-	320
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	198	320
198	320	350

A movimentação líquida da conta de tributos diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Em 1º de janeiro	320	350
Provisão para contingências	-	(104)
Provisão para perdas prováveis na realização dos estoques	(16)	-
Provisão para despesas diversas	(72)	43
Provisão para impairment de contas a receber	(22)	23
Variação cambial passiva	(12)	8
Em 31 de dezembro	198	320

(b) Despesa de imposto de renda e contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Prejuízo (Lucro) antes do imposto de renda e da CSLL	(129)	3.143
Alíquota nominal combinada do IRPJ e da CSLL - %	34	34
Imposto de renda e CSLL às alíquotas da legislação	-	(1.069)
Despesas inadmissíveis permanentemente	-	(157)
Imposto de renda e CSLL no resultado do exercício	-	(1.226)
Reconciliação com a demonstração do resultado	-	-
Imposto de renda e de contribuição social corrente	(0)	(1.196)
Imposto de renda e de contribuição social diferidos	(121)	(30)
	(121)	(1.226)

A tributação do imposto de renda e da contribuição social das Companhias controladas, são pelo sistema Lucro Presumido. A sistemática é utilizada para presumir o lucro da pessoa jurídica a partir de sua receita bruta e outras receitas sujeitas à tributação. O montante apurado no exercício 2019, para as Companhias controladas foi de R\$ 1.845 mil. A empresa controladora, apresentou Prejuízo fiscal no exercício de R\$ 129, 14. **Provisão para Contingências** - (a) Composição: Em 31/12/2019 e 2018, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Contingências tributárias	469	414
Contingências trabalhistas	105	-
574	414	
Menos: depósitos judiciais	574	(55)
Provisão para contingências, líquidas	-	251

As Administradoras da Trelleborg do Brasil Ltda. Santana de Parnaíba - São Paulo

Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Trelleborg do Brasil Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para Opinião com Ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trelleborg do Brasil Ltda., em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas: Créditos tributários de difícil realização** - Conforme descrito na nota explicativa nº 5, Companhia apresentou o montante de créditos de Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - "ICMS" no montante de R\$ 6.614 mil para a controladora e R\$ 6.720 mil para o Consolidado (R\$ 4.395 mil e 4.481, respectivamente em 31/12/2018). Para os referidos créditos, não foram apresentados estudos detalhados ou deferimento do Estado de São Paulo para que pudéssemos evidenciar a efetiva utilização ou perspectiva de realização dos créditos tributários com os efeitos de reduções de valor recuperável deste ativo. Complementamos ainda que o referido saldo não foi segregado entre as parcelas em circulação e não circulante. Em face às incertezas relacionadas as realizações destes créditos de ICMS, não foi possível mensurar com segurança os efeitos de ajustes ao valor recuperável do ativo, do resultado do exercício e ao patrimônio líquido em 31/12/2019. **Cálculo de valor recuperável de ativos** - Conforme nota explicativa nº 11, a Companhia possui investimentos em companhias investidas, ativos imobilizados e intangíveis, avaliado ao valor residual no montante de 146.306 mil (R\$ 138.744 mil em 31/12/2018). A administração da Companhia contratou especialistas para os serviços de cálculo do valor recuperável destes ati-

Trelleborg do Brasil Ltda.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: Em 31/12/2019, o Grupo não possuía ações de qualquer natureza, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 3.667 referente aspectos tributários e R\$ 6.982 para processos cíveis e trabalhistas, em decorrência de auto de infração e imposição de multa pela Secretaria da Receita Federal, para os quais não havia provisão constituída. **15. Patrimônio Líquido** - (a) Capital social: O capital social em 31/12/2019, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 156.802.506 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada, distribuídas da seguinte forma: **2019:** Trelleborg Holding AB: 156.802.505; Trelleborg AB: 1; **Total: 156.802.506.** b) Reserva de capital: Reserva composta pelo valor constituído para registro de correção monetária do capital, apurada em anos anteriores. **16. Receita** - A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Vendas brutas de produtos	58.415	63.996
Mercado interno	405	271
Mercado externo	-	10.926
Vendas brutas de serviços	-	131
Devolução de vendas	(1.197)	(1.886)
Impostos e outras deduções sobre vendas	(13.323)	(14.705)
Receita líquida	44.300	47.677

17. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Custos		
Custos de mercadorias vendidas		
Mercadorias para revenda (importação)	(31.820)	(35.980)
Outros	-	(95)
Recuperação de impostos Trading	-	2.150
	(31.820)	26.522

Despesas

Despesas com vendas

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Despesas com salários e encargos sociais	(5332)	(4.459)
Despesas com viagens	(784)	(1.063)
Outras despesas com vendas	(321)	(12)
Despesas com propaganda e representação	(895)	(1.081)
Despesas com distribuição, depósito e fretes	(1.612)	(1.505)
Obsolescência	-	(232)
Despesas com comissões sobre vendas	-	-
Despesas com inadimplência de clientes	19	(75)
Total das despesas com vendas	(8.925)	(8.195)

Despesas administrativas

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Despesas com salários e encargos sociais	(1.416)	(1.430)
Despesas com comunicação e desenvolvimento interno	(131)	(208)
Despesas assessoria jurídica	(296)	(287)
Despesas com manutenção do escritório e informática	(851)	(835)
Despesas com depreciação	(530)	(4.675)
Outras despesas administrativas	(398)	(407)
Redução custeio por absorção	-	9.011
Total das despesas administrativas	(3.622)	(7.812)

18. Outras Despesas, Líquidas

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Outras receitas/despesas	155	352
Despesas com garantia de produtos	(147)	148
Outros	8	500
Total Outras Receitas (despesas), líquidas	8	500

19. Receitas e Despesas Financeiras

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Despesas financeiras	(2)	(90)
Juros pagos	(15)	(5)
Descontos concedidos	(57)	(58)
IOF	(69)	(66)
Despesas bancárias	(143)	(71)
Total das despesas financeiras	(143)	(405)

20. Partes Relacionadas - (a) Saldos do fim do exercício

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Trelleborg S.P.A Itália	320	775
Trelleborg Nordic AB	58	58
Trelleborg Wheel Systems Americas	63	71
Standard Tyres Ind. Com. De Borr. Polim. Ltda.	6	3
Trelleborg Wheel Systems Czech Republic a.s	18	-
Trelleborg Santana de Parnaíba Ind. Com. Polim	3	5
468	912	

20. Partes Relacionadas - (a) Saldos do fim do exercício

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Trelleborg AB	246	-
Trelleborg Wheel Systems Americas	128	-
Trelleborg Lanka PVT Ltd	203	1.154
Trelleborg Wheel Systems Lanka	80	286
Trelleborg Wheel Systems Italia S.P.A	824	544
Trelleborg Tyres Lanka	-	723
Trelleborg Wheel Systems Xingtai CO Ltd	547	771
Mitas A.S.S	1.205	727
Trelleborg Wheel Systems Nordic	34	206
Trelleborg Wheel Systems Hebei	-	297
Trelleborg Wheel Systems France S.A.S	97	-
Standard Tyres Ind. Com. De Borr. Polim. Ltda.	521	-
Trelleborg Santana de Parnaíba Com. E Ind.	115	106
4.000	4.814	

20. Partes Relacionadas - (a) Saldos do fim do exercício

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Despesas com comunicação e desenvolvimento interno	(131)	(208)
Despesas assessoria jurídica	(296)	(287)
Despesas com manutenção do escritório e informática	(851)	(835)
Despesas com depreciação	(530)	(4.675)
Outras despesas administrativas	(398)	(407)
Redução custeio por absorção	-	9.011
Total das despesas administrativas	(3.622)	(7.812)

20. Partes Relacionadas - (a) Saldos do fim do exercício

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Despesas com comunicação e desenvolvimento interno	(131)	(208)
Despesas assessoria jurídica	(296)	(287)
Despesas com manutenção do escritório e informática	(851)	(835)
Despesas com depreciação	(530)	(4.675)
Outras despesas administrativas	(398)	(407)
Redução custeio por absorção	-	9.011
Total das despesas administrativas	(3.622)	(7.812)

20. Partes Relacionadas - (a) Saldos do fim do exercício

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Despesas com comunicação e desenvolvimento interno	(131)	(208)
Despesas assessoria jurídica	(296)	(287)
Despesas com manutenção do escritório e informática	(851)	(835)
Despesas com depreciação	(530)	(4.675)
Outras despesas administrativas	(398)	(407)
Redução custeio por absorção	-	9.011
Total das despesas administrativas	(3.622)	(7.812)

20. Partes Relacionadas - (a) Saldos do fim do exercício

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Despesas com comunicação e desenvolvimento interno	(131)	(208)
Despesas assessoria jurídica	(296)	(287)
Despesas com manutenção do escritório e informática	(851)	(835)
Despesas com depreciação	(530)	(4.675)
Outras despesas administrativas	(398)	(407)

Negócios

Mercado imobiliário vendeu mais do que esperava na pandemia



Quando a pandemia começou, em março, e as medidas de restrição de circulação fecharam os estandes do mercado imobiliário, o setor se preparou para um cenário de vendas catastrófico. O primeiro semestre terminou com R\$ 8 bilhões em lançamentos adiados. Mas quando chegou o resultado, ficou bem acima das expectativas, segundo o Secovi-SP (sindicato da habitação).

Se entre janeiro e junho de 2019 foram 20 mil unidades lançadas e 19,6 mil vendidas, neste ano, no mesmo período, o mercado lançou apenas 10 mil unidades, mas vendeu 16,8 mil, ou seja, houve uma queda de 50% nos lançamentos, mas de apenas 14% nas vendas. Em outras palavras, os estoques diminuíram.

“Estamos achando que o imóvel acabou se apresentando como uma alternativa de segurança e voltaram a comprar. Não só a segurança emocional de estar dentro de casa, mas também a segurança patrimonial. Nestes meses, foram tantos altos e baixos em todos os outros ativos da economia e o imóvel continua sendo um refúgio, apesar da menor liquidez”, diz Basílio Jafet, presidente do Secovi, que representa as empresas do setor.

Ele reconhece que parte do movimento pode ter sido de compras represadas desde o período de 2014 a 2017, quando as famílias adiaram o investimento. “O brasileiro é bom pagador. A taxa de inadimplência nos financiamentos imobiliários é baixa, em torno de 1,2%, parecida com a dos EUA. O brasileiro leva

a sério a compra, então, ele adiou naquele momento econômico por insegurança. Em 2018 começou a equilibrar e, em 2019, começou a voltar, mas nem todos compraram. Ainda existe demanda reprimida desses anos todos”, diz.

Segundo Jafet, grande parte das compras atuais são habitação econômica como primeiro imóvel, principalmente Minha Casa, Minha Vida. “No primeiro imóvel nós estamos com uma situação de absoluta normalidade, ou seja, números muito parecidos com os de pré-pandemia. O declínio que puxou a média um pouco para baixo nestes primeiros 180 dias foi mais devido à classe média”, afirma Jafet, que atribui o resultado positivo do semestre à decisão das autoridades de reabrir os estandes de vendas.

Joana Cunha/Folhapress

Ambev vai fornecer energia solar para bares e restaurantes



A cervejaria Ambev firmou parcerias com uma série de parques solares de Minas Gerais para fornecer energia limpa a bares e restaurantes. A empresa desenvolveu uma plataforma para conectar as fazendas solares aos estabelecimentos, gratuitamente. A energia limpa chega normalmente pela rede da distribuidora local.

O projeto piloto já está sendo implementado nas cidades de Belo Horizonte, Uberaba e Uberlândia. A expectativa é beneficiar até 30 mil bares e restaurantes. Para aderir, o estabelecimento deve se cadastrar na plataforma di-

Vale cria comitê de notáveis para indicar conselheiros e aumentar independência

O Conselho de Administração da Vale aprovou nesta quarta-feira (22) a criação de um comitê de nomeação para assessorar acionistas na escolha dos próximos conselheiros que serão eleitos em assembleia em abril de 2021, prevista para ser a primeira sem o acordo de acionistas.

Vão integrar o comitê de notáveis, que tem por objetivo aumentar a independência na escolha dos conselheiros, o ex-presidente da Petrobras e ex-ministro Pedro Parente, atualmente presidente do conselho de administração da BRF; o presidente do conselho de administração da Embraer, Alexandre Gonçalves Silva, além de José Maurício Coelho, presidente do colegiado da Vale e presidente do fundo de pensão Previ, um

dos principais acionistas da mineradora.

O comitê terá papel importante considerando que a partir de novembro deste ano vai ser encerrado o acordo entre os grandes acionistas da companhia, que incluem fundos Previ e Petros, como parte de um processo para deixar a empresa com capital pulverizado, melhorando a governança corporativa.

“A tendência é que tenha uma qualidade cada vez maior dos membros do conselho, ele já evoluiu bastante e é preciso que evolua cada vez mais... acho que esse Comitê de Nomeação vai dar credibilidade e independência na escolha”, disse o diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani, em entrevista à agência Reuters.

Folhapress



gital e esperar a conta chegar normalmente, já com desconto. A economia é de até 15%.

Qualquer bar pode participar do projeto nas cidades já atendidas. Neste ano, a Ambev pretende expandir o programa para todo o estado de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Maranhão e para o Distrito Federal. “O gasto com energia elétrica é um dos mais representativos dentro desses estabelecimentos, que utilizam freezer, geladeira e outros equipamentos que tem alto consumo de energia e são essenciais para a atividade”, explica Renan Gaiad, gerente de sustentabilidade e suprimentos da Ambev.

A geração de energia solar, embora represente menos de 2% da matriz elétrica brasileira, vem crescendo este ano. Os painéis instalados nos telhados de residências e empresas atingiram 3 GW de potência instalada no país, o suficiente para abastecer 1,2 milhão de casas, de acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Projetos residenciais respondem por sete em cada dez instalações de painéis solares no país. Em termos de potência instalada, no entanto, as empresas de comércio e serviços estão na frente, com 39,5% da capacidade total.

Exame